

“FAMÍLIA”, DIREITO E
POLÍTICA NO RIO GRANDE
DO SUL: OS USOS DO
PARENTESCO E DOS
TÍTULOS ESCOLARES NO
EXERCÍCIO DO MÉTIER¹

Igor Gastal Grill*

Max Weber já salientara que juristas e advogados predominam na estrutura política ocidental moderna, enfatizando o peso da formação destes indivíduos *na revolução da coisa pública (...) no sentido de uma forma estatal racional [que] foi, em todos os lugares, obra de juristas esclarecidos* (1993:77), assim como ressaltando a habilidade dos mesmos em dois recursos primordiais para o exercício da atividade política: *a utilização desses instrumentos que são a palavra falada e escrita* (idem, p.78).

Desde então, os cientistas sociais dedicados ao estudo do espaço político, destacam a presença de indivíduos provenientes de carreiras jurídicas em parlamentos e posições políticas. Dogan, por exemplo, em seu estudo sobre o recrutamento político na França, qualifica tal vinculação como decorrente dos efeitos de *osmose, afinidade, proximidade e oportunidade*. Segundo o autor, certas profissões, sobretudo profissões intelectuais,

¹ Texto originalmente apresentado no 29º Encontro Anual da Anpocs junto ao GT Educação e Sociedade – Sessão: Credenciais Escolares, Definições e Exercício da Profissão.

* Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA

tuais, são facilmente *absorvidas por empréstimo da sociedade civil* pela esfera política, pois seriam setores privilegiados nos quais se constituem o domínio *du verbe e de la plume* (1999:174).

Este tipo de enfoque predominante na Ciência Política mereceu problematização por Willemez (1999), que, utilizando a noção de Durkheim, caracteriza tal perspectiva como responsável por uma *illusion bien fondée* que grifa a eloquência dos profissionais, que exalta as qualidades raras obtidas e que homogeneiza um grupo de profissionais bastante heterogêneo. A excessiva valorização dos números que corroboram a importância dos advogados na esfera política em detrimento de um tratamento mais qualitativo e minucioso das variações e da atuação dos mesmos teria gerado dois efeitos que dificultam a compreensão do fenômeno. Segundo ele, em primeiro lugar, tende-se a tomar o laço entre política e advocacia como “evidente” e “natural” sem abordar os processos históricos, os agentes e as instituições que em cada contexto tornam tal vinculação preponderante e as diversas formas, modalidades, repertórios e combinações pelas quais se expressam. Em segundo lugar, a ênfase na eloquência originária da formação jurídica costuma esconder as demais condições sociais e políticas do sucesso político destes indivíduos (origens sociais, parentesco, redes, laços pessoais, etc.) e os demais universos nos quais adquiriram competência política (movimento estudantil, sindical, associações, etc.).

Este artigo visa explorar as duas faces do fenômeno no Rio Grande do Sul. Por um lado, procura evidenciar a relevância do uso na política parlamentar da formação jurídica obtida em diferentes instituições existentes no estado em um cenário de redefinição e reinvenção do direito em consonância com transformações estruturais na sociedade gaúcha e na composição das suas elites já identificadas em outros estudos (Coradini, 1998; Grill, 2003; Seidl, 2003; Engelmann, 2004). Por outro lado, tenta relacionar a maximização de um conjunto de habilidades e competências conquistadas nas faculdades de Direito e no exercício das profissões jurídicas que contribuem para a constituição do *métier* do político e as exigências que o mesmo impõe nas relações entre os pares e entre representantes e eleitores (Bourdieu:1989a), com a diversificação social e ideológica que marca a “elite política” gaúcha em termos de ori-

gens sociais, filiações, compromissos, etc. Tal variação de perfis, por seu turno, implica diferentes modos de acesso aos cursos de Direito, de itinerários profissionais e de reconversões dos títulos escolares e do capital conquistado no espaço jurídico e no espaço político, diretamente ligados às estratégias de reprodução (Bourdieu, 1989b) dos grupos familiares especializados na ocupação de postos políticos. Portanto, o exame de casos de “famílias de políticos” parece constituir um significativo instrumento heurístico para desvelar tais intersecções.

Assim sendo, pretende-se retomar alguns eixos de pesquisas presentes nas Ciências Sociais no Brasil concernentes às interferências entre o “mundo jurídico” e o “mundo político”, que, contudo, foram relegados ao segundo plano nas últimas décadas em prol de estudos dedicados à temática da judicialização da política (Vianna *et all.*, 1999, 1997; Arantes, 1997; Sadek, 1995, entre outros).

Todavia, uma rápida consulta a alguns trabalhos fundamentais sobre o tema da presença de indivíduos com formação jurídica entre a “elite política” (Carvalho, 1996; Adorno, 1988; Coelho, 1999, Grijó, 1998; Love, 1975; entre outros) no que tange ao Brasil e ao Rio Grande do Sul no período que se estende do Império até a revolução de 1930 e sobre o recrutamento de parlamentares junto ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (Coradini, 1999, 2001; Rodrigues, 2002; Santos, 1993, 1997, 2000; Angelis, 2001, entre outros), mostram a riqueza da problemática. A formação do estado brasileiro, as vertentes ideológicas que estruturaram o espaço político no Brasil e os diferentes níveis do poder legislativo foram e continuam sendo marcados pela formação jurídica dos ocupantes das posições políticas. Portanto, por um lado, existe a necessidade de caracterizar as transformações morfológicas nas instituições de ensino superior e na elite política e, conseqüentemente, na relação entre os domínios, tomando o universo tradicional descrito pelo primeiro conjunto de autores como ponto de partida. Por outro lado, cumpre refinar o tratamento dado às categorias sócio-profissionais, em especial os advogados tão destacados pelo segundo conjunto de autores, no que toca a multiplicidade de usos e reconversões em pauta da formação jurídica em recurso de luta política.

Diversificação Social e Especialização Política

Tal tratamento auxilia ainda no exame mais detalhado de alguns processos evidenciados em estudos anteriores efetuados sobre “famílias de políticos” no Rio Grande do Sul, a diversificação social da “elite política” e o processo de especialização no exercício de cargos eletivos em curso (Grill: 2003). Para tanto se lançou mão do detalhamento de itinerários de protagonistas políticos. Foram comparadas “famílias de políticos”, sua posição social de origem, os processos de afirmação social, os recursos e as bases eleitorais acionados como trunfos de luta política e como objetos de consagração da “memória familiar”. Conseqüentemente foi explorado o entrecruzamento entre as transformações na estrutura social e no espaço político, e a afirmação e a reprodução de “famílias de políticos”. E assim, foram explicitados os conflitos e as articulações possíveis entre princípios de legitimação e de atribuição de “excelência social” concorrentes, entre padrões de carreiras e prescrição de papéis diferenciados. Por fim, buscou-se caracterizar as diferentes combinações de usos na competição política do parentesco e do título escolar obtido em cursos de Direito.

Partindo desta agenda de pesquisa, três dimensões de análise acerca do “fenômeno político” podem ser visualizadas: 1) os padrões de recrutamento de “elites políticas” ao longo do tempo; 2) os processos de definição das formas de fazer política, dos mecanismos de constituição de adesões e dos atributos compatíveis com o exercício da atividade política; e 3) os mecanismos e as condições de apropriação do “passado” ou da “memória política” operada pelos agentes em competições políticas.

A apreensão desta dinâmica foi possibilitada pelo exame das *estratégias de reprodução social* e das *estratégias de reconversão* de bases sociais em bases políticas. Foram abordadas as *estratégias de sucessão*, bem com os investimentos escolares, econômicos e de acúmulo de *capital social* (Bourdieu, 1989b). Simultaneamente, foram verificadas as reconversões para o espaço político do volume e da estrutura de capitais resultantes destas práticas. Isso permitiu caracterizar as bases sociais em jogo na disputa política, os efeitos dos embates entre segmentos de extração social diferenciada e recursos distintos, as *interpenetrações*, *osmoses*

e *influências recíprocas* que uns exercem sobre os outros (Elias: 2001; Phelippeau: 1999, 2001, 2002).

O objetivo primordial foi, pois, compreender os processos históricos de enfrentamento entre agentes e “famílias de políticos”, bem como as estratégias de legitimação das “qualidades” e “atributos” possuídos, o que pode contribuir para o entendimento daquilo que Lacroix (1985) denominou de *construção social da política*. Isto é, em que *a questão não é pensar as realizações observáveis ex post a partir das categorias ou dos discursos que os definiram (...), é preciso conceber estas realizações ex ante na maneira como elas se formam e da maneira como elas se impõem, na exata medida em que elas adquirem (...) seus estatuto de realidade* (Lacroix, 1985:515). Na restituição destes processos, deve-se executar a *pesquisa regressiva* como um momento prévio à *restituição progressiva das relações de forças, dos sistemas de interesses ou das representações que visualizam as relações (...) dos processos efetivos, porque ela é a reconstrução intelectual segundo a lógica do seu encadeamento* (Lacroix, 1985:515-516).

Este procedimento foi aplicado à problemática da constituição das “famílias de políticos” e da dinâmica de especialização política, mediante a dupla associação indicada por Offerlé (1999:9-10): a constituição de uma esfera específica dotada de regras e papéis próprios, e a influência do *background* ou origens sociais na carreira política. A política como “profissão” tem sido descrita segundo um conjunto de características decorrentes de um secular processo de especialização e autonomização da esfera política. Remuneração, especialização de tarefas, tempo de dedicação ao exercício da política, distanciamento da profissão anterior (ou inexistência desta), fronteiras entre especialistas e profanos e monopólio de posições políticas são indicadores da afirmação deste padrão. Paralelamente, as condições sociais de acesso a esta profissão também são alvo de investigações sendo necessária a combinação desses macro-fatores, utilizados em estudos de recrutamento de “elites”, com micro-mecanismos. Ou seja, focar as modalidades de mercado político, as variações em termos de equivalência entre títulos profissionais, escolares e posições sociais e as formas de recrutamento político que obedecem a distintos níveis e espaços de competição (Offerlé, 1999:23).

Todavia, a estas dimensões foi agregada uma nova preocupação, a compreensão do funcionamento de *métier político* ou a *apreensão (...) da prescrição de papéis – papéis múltiplos, às vezes contraditórios, dos quais se pode perceber o aprendizado na sucessão de comportamentos, de maneiras de agir (...) de registros diferentes de justificação* (Lagroye, 1994:5-6). Nesta perspectiva, ganharam importância três tipos de enfoques. Inicialmente, o detalhamento da configuração específica (em termos de recorte temporal e espacial) que condicionam as formas de atuação e impõem *as concepções do que é desejável e legítimo (...) e os comportamentos (...) que corresponderiam a fases sucessivas do estado das relações sociais e que permite opor gerações de eleitos*. Em segundo lugar, os repertórios e os registros disponíveis (técnicas e instrumentos de gestão, de competição e de persuasão) que se afirmam como gramáticas de exercício de funções políticas e *até mesmo teorias do agir político*. E, finalmente, a justaposição de papéis compatíveis com a generalização de competências e usos de “técnicas racionalizadas”, “sofisticadas”, “profissionalizadas”, “burocratizadas”, e etc. e a persistência de “métodos aprovados anteriormente”. Isto é, *se está na presença de um verdadeiro mecanismo de sedimentação, pelo qual coexistem prescrições de papéis correspondentes a estados sucessivos das relações sociais e de registros de saberes, uma das características do métier político sendo procurar na gestão cotidiana esta coexistência* (Lagroye, 1994:6-8).

O fulcro da problemática se localizou na apreensão simultânea das condições de apropriação e de transmissão do “legado” e da dinâmica de transformações estruturais, de padrões de recrutamento e de imposição de atributos e qualidades. Três vias de acesso foram examinadas com base na posição social de origem (profissão do pai do primeiro político do grupo familiar, origem geográfica e étnica), no período de *entrada na política* (momento em que é conquistado o primeiro cargo eletivo) e nos percursos escolares (títulos e instituições), profissionais e políticos (cargos, especializações e usos das competências escolares). Ao longo do estudo foi possível delinear um quadro histórico de rivalidades, alianças e substituição de agentes políticos dotados de características distintas. E da mesma forma, verificou-se a convivência entre mecanismos de consagração dos atributos dos antepassados, de exaltação da figura do “funda-

dor" da "família de políticos" ou da "tradição política", de enunciação das "qualidades" comuns às diferentes gerações e de inscrição dos atuais políticos nos códigos e valores fixados pelos ascendentes.

Em linhas gerais, os padrões de reconversão, de usos do passado e de justificação da "vocação política" retratam a convivência no espaço político de trajetos assim resumidos: 1) "famílias de políticos" estabelecidas socialmente há mais tempo como decorrência do modo de dominação típico do "mundo da estância", da valorização das carreiras profissionais ou escolares e dos feitos militares e da inserção em facções estaduais mais antigas; 2) "famílias de políticos" estabelecidas socialmente em um período posterior como conseqüência da ascensão econômica, sobretudo de descendentes de imigrantes; 3) e, por fim, "famílias de políticos" cujo estabelecimento em posições de destaque no espaço social é ainda mais recente e funde-se com a afirmação política por intermédio das inserções militantes.

No que se concerne ao primeiro padrão, os protagonistas são descendentes de "estancieiros" e/ou militares e/ou comerciantes urbanos, a antiguidade em posições sociais e políticas de destaque é um diferencial. Além disso, caracterizam-se pela origem geográfica predominantemente situada na "Metade Sul", pelo investimento em títulos escolares e profissões valorizadas e inicialmente raras (Direito, Engenharia e Medicina) e conquistados majoritariamente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Grande parte dos trunfos ativados em nome do parentesco reside na relevância social dos antepassados, nos feitos militares e na participação em lutas políticas das facções que se enfrentaram no território sul-rio-grandense. Possuíram relevo em organizações partidárias e chegaram a posições centrais em redes políticas estaduais. Ao longo da segunda metade do século XX, os membros destas "famílias" que tiveram atuação política, investiram no controle das "máquinas partidárias" e nos alinhamentos ideológicos, em detrimento da vinculação com as bases tradicionais, que não representavam mais garantias de sucessos eleitorais, devido às transformações da configuração da estrutura social do estado e à impossibilidade da reprodução direta do "padrão antigo". São casos representativos deste padrão as "famílias de políticos" as quais pertencem: o advogado formado pela UFRGS, atual presidente do Supremo Tribu-

nal Federal, ex-ministro da justiça e ex-deputado federal Nélson Jobim (filho de um ex-deputado estadual e neto de um ex-governador); o advogado formado pela UFRGS Sérgio Ilha Moreira e ex-deputado estadual por quatro legislaturas (filho de um ex-deputado estadual e ex-secretário de justiça, sobrinho de um ex-deputado federal e bisneto de um ex-senador); o advogado formado pela UFRGS e ex-deputado federal Otávio Caruso Brochado da Rocha (filho de um ex-deputado estadual, ex-secretário de justiça e ex-primeiro ministro do governo João Goulart, sobrinho de deputados estaduais e federais e primo de um ex-vereador); o advogado formado pela Universidade Federal de Santa Maria, ex-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, ex-ministro da educação, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-deputado federal Tarso Genro (filho de um ex-vereador e ex-prefeito, irmão de um ex-vereador e pai de uma deputada federal); entre outros.

No que tange ao segundo padrão, os protagonistas são descendentes de comerciantes em sua grande maioria ligados à imigração e que se transformaram em importantes “empreendedores locais” principalmente na “Metade Norte”. Ademais, nas gerações seguintes buscaram a obtenção de títulos escolares semelhantes àqueles possuídos pelos grupos familiares “tradicionais” (com especial destaque ao título de advogado), contudo majoritariamente obtidos em instituições de ensino superior católicas, comunitárias ou privadas. Suas narrativas celebram a ascensão social conquistada, a “inserção comunitária” e aprimoramento do “atendimento” às bases ao longo das gerações, bem como a redefinição identitária da região e da etnia a qual são ligados, fazendo uso dos títulos escolares para tanto. Ao longo da segunda metade do século XX, afirmaram-se como os principais mediadores de regiões do estado e ascenderam nas redes partidárias até as posições centrais. Constituem exemplos deste padrão as “famílias de políticos” as quais pertencem: o advogado formado pela PUC, ex-deputado estadual e ex-deputado federal Guido Moesch (filho de um ex-conselheiro municipal e intendente, cunhado de um ex-vereador e pai de um vereador e secretário de meio ambiente de Porto Alegre); o advogado formado pela PUC, atual secretário de justiça, ex-vereador, ex-deputado estadual e federal e ex-presidente da Assembléia Legislativa José Otávio Germano (filho de um ex-vice-governador, ex-de-

putado estadual e federal, ex-secretário de justiça e ex-presidente da Assembléia Legislativa, sobrinho de ex-deputados estaduais e federais e primo de prefeito); o advogado formado pela Universidade do Vale dos Sinos e suplente de deputado estadual Alfdredo Scherer Neto (filho de um ex-vice-prefeito e ex-deputado estadual por cinco legislaturas, sobrinho de um ex-prefeito e de um ex-vereador e neto de um ex-prefeito por quatro mandatos); entre outros.

Finalmente no que se refere ao terceiro padrão, seus ascendentes possuem posição social de origem mais baixa (pequenos agricultores, pescadores, metalúrgicos, bancários, etc.) e vinculam-se predominantemente à "Metade Norte". Os agentes com atuação eletiva se destacaram pela inserção social em segmentos ligados ao catolicismo, aos sindicatos, aos movimentos comunitários e aos movimentos sociais. Como os demais investiram na obtenção de títulos escolares (com especial destaque de formados em Direito), todavia em instituições sociais e geograficamente mais periféricas. Os relatos realçam o caráter exemplar da militância dos antepassados e da proximidade social com os eleitores. A afirmação política regional só veio ocorrer a partir da década de sessenta, e nas últimas décadas, alcançaram destaque estadual. Pode-se elencar como casos modelares de tal padrão as "famílias de políticos" nas quais se inscrevem: o estudante de Direito nas Faculdades Rio-Grandenses, ex-deputado estadual e atual prefeito de Rio Grande, Janir Branco (filho de um ex-vereador, ex-deputado federal e ex-prefeito e primo de um ex-prefeito); o estudante de Direito na Universidade Luterana do Brasil e ex-vereador, Jean Paim (filho de um ex-deputado federal e atual senador); o advogado formado pela PUC, ex-vereador e ex-deputado estadual por quatro legislaturas, Romildo Bolzan (pai de um vereador, vice-prefeito e prefeito); o advogado formado pela Universidade do Vale do Sinos, deputado federal eleito em 2002 (com mandato cassado devido ao não cumprimento do prazo legal de filiação) e atual deputado estadual, Nélson Marchezan Jr. (filho de um ex-vereador, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, ex-secretário de estado e ex-presidente da Câmara dos Deputados); entre outros.

Entre as "famílias de políticos" estudadas, destacam-se valores que ligam à atividade política a categorias como "vocação pública", "sacerd -

cio” e “dedicação à causa pública” para os grupos mais “tradicionais”, assim como vocação para o “trabalho comunitário”, preocupação com o “atendimento às demandas” e “proximidade” com a base para os estabelecidos mais recentemente. Por seu turno, os personagens das “famílias” são avaliados por suas qualidades pessoais como “formação”, “erudição”, “capacidade oratória”, “conhecimentos” para os primeiros, e “empreendedorismo”, “pioneirismo”, “espírito comunitário”, “capacidade de trabalho” para os pertencentes ao segundo padrão, e “excepcionalidade”, “predestinação”, “obstinação”, “superação” para os pertencentes ao terceiro padrão.

Herança Política, Usos do Direito e Trajetórias

Nesta seção, busca-se apresentar três “famílias de políticos” que constituem casos representativos da diversidade em pauta na “elite política” gaúcha e dos usos da formação jurídica como trunfo de afirmação no espaço de concorrência parlamentar e eleitoral. São descritos, de forma sucinta, os grupos familiares aos quais pertencem: o ex-deputado federal e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Nélson Jobim; o atual secretário de Meio Ambiente de Porto Alegre e vereador eleito no último pleito deste município, Beto Moesch, e seu pai, o ex-depurado, Guido Moesch; e o ex-deputado estadual e atual prefeito de Rio Grande, Janir Branco.

No primeiro caso, a formação jurídica perpassa três gerações de homens políticos, constituiu um trunfo político e eleitoral e um meio de legitimação para as tomadas de posições enquanto pretensos porta-vozes de temas que envolvem os “interesses públicos”. No segundo caso, observam-se, na passagem de uma geração para outra, as modificações do uso do direito. Na primeira geração, revela-se a reconversão do trabalho de advogado junto a comunidades sociais e etnicamente marcadas em bases eleitorais, e na segunda geração, a utilização do direito ambiental, como uma especialidade, como distinção no meio político e como recursos de renovação/atualização dos repertórios de atuação política do grupo familiar. Por fim, no terceiro caso, há o investimento escolar em busca

da formação jurídica como parte integrante de estratégias mais gerais de modernização e diversificação das bases e repertórios de manutenção ou ampliação de clientelas locais.

O ex-deputado federal, Nélson Jobim, é descendente de “grandes proprietários” e de segmentos que se destacaram ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX em carreiras cujo acesso era muito raro, como na medicina, na engenharia, na advocacia e em altas patentes do exército.

Segundo biografia publicada sobre um dos fundadores da Academia Nacional de Medicina, José da Cruz Jobim (Fernandes: 1980), a “família Jobim” é originária de uma localidade chamada Santa Cruz do Jobim, em Portugal. O fundador da “família Cruz” no Brasil, que na seqüência passou a ser designada “Jobim”, José Martins da Cruz era militar. Como tal foi inicialmente enviado para os Açores e posteriormente para o Brasil, onde *viria com o encargo de conter as invasões espanholas em torno das terras da bacia do Prata que se faziam cada vez mais freqüentes* (Fernandes: 1980:248). Recebeu como retribuição aos seus feitos militares uma “sesmaria de campo” no Rio Grande do Sul e *fazendo-o mais tarde Juiz de Órfãos, cargo que exerceu até 1816* (idem). Assim, o primeiro membro da “família” se instalou em Rio Pardo, casou com uma portuguesa e tiveram quatro filhos. O mais velho foi senador e fundador da Academia Nacional de Medicina, e outro conquistou o título nobiliárquico de “Barão de Cambai”. José Martins da Cruz casou-se pela segunda vez e teve mais quatro filhos, um deles foi *agraciado com a Ordem da Rosa no grau de Comendador* (idem).

De um destes irmãos descende o advogado formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre e filho de funcionário público, Walter Jobim. Como tal descende de uma “família” de militares-estancieiros que nas gerações seguintes reconverteram o capital de relações sociais, as amizades (principalmente com o imperador) e o capital econômico em notoriedade profissional e política. Apesar de descendente de uma “família” de estancieiros, Walter Jobim teve um itinerário marcado pelo declínio econômico da “família”. Segundo seu neto, *os antepassados jogaram fora a terra* (entrevista com Walter Jobim Neto). O pai de Walter Jobim foi funcionário da prefeitura de Porto Alegre. Walter Jobim ingressou na instituição de ensino superior responsável pela formação das principais

lideranças políticas do Rio Grande do Sul, a Faculdade de Direito de Porto Alegre, formando-se em 1913.

Como juiz nomeado se estabeleceu em Santa Maria nas primeiras décadas do século XX, tornou-se promotor nesta cidade após recusar uma transferência para Rio Grande. Posteriormente, montou um escritório de advocacia. No itinerário de Walter Jobim, a política foi fonte de nomeações e transferências resultantes de compromissos e rivalidades, e a carreira jurídica foi instrumento de luta política e de construção de reconhecimento público. Este último elemento foi decisivo na formação da sua imagem. Os desempenhos como juiz, promotor e advogado acabaram auxiliando na fixação dos atributos utilizados ao longo da sua carreira política. A *capacidade oratória* que teria manifestado, principalmente em júris, e a *aptidão para a escrita*, são trunfos sublinhados (tendo, inclusive, fundado um jornal em Santa Maria ligado ao Partido Libertador).

Aliado a isso, sua participação nas lutas políticas ou conflitos militares do período contribuíam para a solidificação da liderança política e a inserção em uma das facções políticas estaduais. Entre 1923 e 1932, participou da “Revolução de 1923” liderada por Assis Brasil (e do pacto de Pedras Altas que pacificou a disputa militar entre “chimangos” e “maragatos”), da “Revolução de 1930”, ao lado de Getúlio Vargas, e da Revolução Constitucionalista de 1932. Foi candidato a intendente de Santa Maria em 1927 pelo PL. Depois, em 1935, concorreu à deputação federal, elegendo-se. Renunciou a este cargo em nome de um acordo entre as lideranças dos partidos que compunham a Frente Única Gaúcha (FUG = PL + PRR).

Deste modo, alicerçado na projeção como advogado e como personagem dos principais eventos políticos da época, Walter Jobim passou a ser membro do círculo dirigente da facção política e chegou a importantes secretarias de estado nos anos 30 e 40. Entre 1938 e 1945, foi secretário de obras e secretário de segurança em composições políticas que incluíam a facção do Partido Libertador a qual pertencia. A partir destes postos e do destaque estadual alcançado, acabou presidente do partido no Rio Grande do Sul. Em 1946, Walter Jobim chegou ao ápice da carreira política, elegendo-se governador. Após deixar o governo do estado, foi indicado para ocupar a embaixada do Brasil em Montevidéu, depois de recu-

sar o cargo máximo no Supremo Tribunal Federal (cargo depois ocupado por seu neto) oferecido pelo então presidente da República e conterrâneo Getúlio Vargas.

Dos filhos de Walter Jobim, dois tiveram funções públicas destacadas: Walter Jobim Filho e Hélivio Jobim. Walter Jobim Filho formou-se em engenharia e Hélivio Jobim em advocacia (como o pai). O terceiro filho, Labiano Jobim, seguiu carreira na medicina. Todos os filhos obtiveram seus títulos superiores em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No âmbito político, Walter Jobim Filho e Hélivio Jobim herdaram redutos, inserções e contatos que faziam parte do patrimônio político do pai e eram condizentes com os perfis profissionais e escolares de cada um. O investimento em escolarização repete o padrão encontrado na geração anterior: obtenção dos títulos superiores na UFRGS. Ao mesmo tempo, demarcam uma estratégia que teve continuidade na geração seguinte, a saber, a diversificação dos títulos obtidos entre profissões consagradas (advocacia, engenharia e medicina).

O engenheiro e professor universitário, Walter Jobim Filho, ocupou cargos junto ao poder executivo estadual e federal, legitimado pelo título escolar e formação profissional e pelas redes de relações (políticas e pessoais) acumuladas pelo pai. Atuou no Departamento Nacional de Obras, na Eletrosul e foi ainda secretário estadual de minas e energia. Foi nomeado diretor técnico da Eletrosul pelo então governador Peracchi Barcellos que *era muito ligado à família* (entrevista com Walter Jobim Neto). Além deste vínculo herdado, Walter Jobim Filho cultivou ainda uma série de laços no interior da Arena e foi escolhido secretário de minas e energia pelo governador Sinval Guazelli (também da Arena). Finalmente, foi indicado pelo então governador Amaral de Souza (eleito pelo PDS, que sucedeu a Arena) para a presidência da Aços Finos Piratini.

Já Hélivio Jobim herdou o reduto local e a inserção profissional por meio da liderança partidária e da advocacia em Santa Maria. Como advogado, Hélivio Jobim assumiu o escritório do pai em 1936, quando ainda era estudante do quarto ano de Direito. Assim, paralelamente às atividades de advogado e principal responsável pelo escritório *herdado do pai* (entrevista com Walter Jobim Neto), Hélivio Jobim militou no Partido Social Demo-

crático (PSD) de Santa Maria desde a sua fundação. Foi durante muitos anos presidente do partido daquela cidade e concorreu a deputado estadual em 1958. Nesta eleição, conquistou uma cadeira na Assembléia Legislativa. Agregou a essa liderança partidária, o “nome” e a atividade como advogado na qual se destacava, segundo o depoimento de seu filho, como *excelente tribuno de júri* (entrevista com Walter Jobim Neto).

Após ter ocupado o cargo de deputado, Hέλvio Jobim retornou a Santa Maria, onde manteve o escritório de advocacia, herdado posteriormente pelos filhos e pelo neto. Foi presidente da Arena, neste município, durante todo o regime militar. Neste período, concorreu sem sucesso novamente à deputação estadual em 1970. Apesar da influência eleitoral em declínio, o prestígio político na cidade se manteve. Com a reorganização partidária rompeu com a Arena local e não se filiou ao PDS.

Teve três filhos: Walter Jobim Neto, Nélson Jobim e Hέλvio Jobim Filho. Os três graduaram-se pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os dois primeiros são advogados e o último engenheiro (profissões às quais já se dedicavam seus antepassados nas duas últimas gerações, com destaque). Os dois filhos advogados passaram a exercer a profissão em Santa Maria, dividindo o escritório, que fora do avô deles, com o pai, Hέλvio Jobim. Ambos militaram na “Ala Jovem do PSD” e posteriormente da Arena.

A continuidade da “tradição política familiar” recaí sobre Nélson Jobim que mais uma vez conquistou destaque a partir dos trunfos originários da formação em Direito. Nélson Jobim ocupou o primeiro cargo eletivo em 1986. As posições ocupadas pela “família de políticos”, os títulos acumulados ao longo de gerações e a reputação política os autorizavam a cultivar expectativas de serem alçados diretamente a postos mais altos na hierarquia política (este aliás foi o padrão nas gerações anteriores). Após encerrar seus estudos de graduação em Direito, Nélson Jobim residiu em Santa Maria, advogando no “escritório da família”. Atuou na “Ala Moça da Arena” e no Instituto de Estudos Políticos Tarso Dutra (no mesmo período em que seu pai ocupava a presidência do Diretório Municipal da sigla). Destacou-se, ainda, como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do município, como vice-presidente e candidato a presidente regional da mesma entidade. Foi também membro do Instituto dos

Advogados do Rio Grande do Sul e do Instituto dos Advogados Brasileiros. Segundo depoimento de seu irmão, o também advogado Walter Jobim Neto, seu "saber jurídico" e o "perfil de estudioso de temas jurídicos" foram os principais argumentos utilizados pelos adeptos da sua candidatura à constituinte de 1986.

Em termos de filiação partidária, os membros da "família" com militância política distanciaram-se da Arena e permaneceram sem vinculação com partidos até o lançamento da candidatura de Néelson Jobim, em 1986. Coincidiram com este momento, dois movimentos operados por Néelson Jobim: a "atuação classista" na OAB (que inicia em 1977 mais efetivamente) e o aperfeiçoamento acadêmico (fez o mestrado em Filosofia Analítica e Lógica Matemática entre 1982 e 1984). Lecionou no curso de Direito da UFSM, na Escola Superior de Magistratura da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), na Escola Superior do Ministério Público e na Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Esta liderança política entre os advogados, o magistério e a dedicação à pesquisa jurídica acabaram compondo um perfil mais especializado em uma "família" marcada pelo destaque nas carreiras jurídicas. A advocacia passou a abranger lógicas de atuação cujo escopo foi ampliado, como o papel de representante da "categoria" e o exercício do magistério na universidade. Além disso, Néelson Jobim efetuou novos investimentos no sentido da politização da sua atividade jurídica por meio de alinhamentos e alianças. O afastamento progressivo do pai em relação à cúpula partidária estadual da Arena e do PDS permitiu o posicionamento jurídico/político acerca de temas como a volta do *habeas-corpus* e o "direito de defesa dos presos políticos". Estes inicialmente viabilizaram sua inserção e liderança na OAB, e posteriormente, sua incorporação em círculos de advogados ligados à oposição (MDB-PMDB) ao Regime Militar.

Desta adição de códigos, surge sua candidatura à deputação federal em 1986 pelo PMDB e sua eleição. O desempenho das suas atividades públicas também foi marcado por essas linguagens. Foi um dos deputados constituintes de maior evidência, sendo líder do PMDB na Constituinte. Depois ocupou várias vezes a presidência da Comissão de Constituição e Justiça e foi relator de diversos processos importantes que trans-

correram na Câmara (*impeachment* de presidente, revisão constitucional, etc.). A competência jurídica permitiu o estabelecimento de canais de expressão, potencializou vínculos e contribuiu decisivamente para o seu destaque no legislativo.

Reelegeu-se em 1990, e em 1994, não concorreu ao terceiro mandato. Em 1995 foi empossado como ministro da Justiça pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997 foi indicado como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), e, por fim, presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Suas últimas posições sedimentaram o convívio da política e da advocacia que marcou as três gerações de políticos na “família” e parece marcar a nova geração que desponta. O atual presidente do PSDB de Santa Maria, o advogado Ricardo Jobim, é seu sobrinho.

Nessa geração quem tem perfil pra coisa é o meu filho, o Ricardo é debatedor. Um homem que não tem medo de tribuna. Ele já tá fazendo júris lá em Santa Maria, inclusive de graça. É uma forma de propaganda do advogado. (...) É um sujeito que sabe improvisar, sabe pensar sobre assuntos externos. Não fica dentro da... Vai mais pro lado humanista, não é propriamente o técnico que só enxerga a lei. Ele tem participação no Lions e na OAB. Agora ele tá participando ativamente desse projeto de cidadania (...) ele tem ido como participante da OAB. Dá consulta gratuita. A atividade de advogado é muito abrangente (...). E até por influência do Néelson, ele se filiou ao PSDB e é o presidente lá em Santa Maria (entrevista com Walter Jobim Neto).

A caracterização da importância da herança familiar se centra em valores e atributos associados às profissões exercidas e à excelência nos percursos escolares e profissionais, como pode ser observado no depoimento de Walter Jobim Neto sobre o perfil da “família” e a transmissão política:

O velho Walter era um grande nome. Excelente orador, formação humanista (...). O curso de direito é um curso que dá uma formação ampla ideal pra uma atividade política, especialmente parlamentar (...). Então se tu vem de família de político a participação é natural. E o advogado sempre tem vantagem na política, especialmente o de júri, da

área criminal, que tem que ser destro com as palavras. O meu pai foi, segundo dizem outros advogado com quem eu convivi, um dos mais brilhantes tribunos (...).E o Nelson teve um destaque muito elevado por isso. O Nelson tem uma capacidade profissional muito grande e vocação política. Um conhecimento jurídico quase que enciclopédico. Um cara de uma capacidade de trabalho brutal, um poder argumentativo muito grande, dialética perfeita (entrevista com Walter Jobim Neto).

Já a "família" do ex-deputado federal, Guido Moesch e do seu filho, o vereador em Porto Alegre, Beto Moesch, é formada por descendentes de alemães ligados por casamentos a descendentes de italianos, com origem rural e ligada ao comércio. Foi o comerciante Valdemar Moesch, como conselheiro de Lageado em 1924 pelo PRR e como intendente e líder emancipacionista de Arroio do Meio, que deu início à "tradição familiar na política". Ele foi ainda fundador e presidente do PSD de Arroio do Meio e presidente da primeira cooperativa da região.

Valdemar Moesch possuía como escolarização o equivalente ao ensino fundamental. Seus 8 filhos (cinco homens e três mulheres) estudaram em importantes centros. Entre os homens, o mais velho é contador, o segundo cursou a Faculdade de Ciências Econômicas da PUC, dois se formaram em Direito pela PUC (entre eles, o ex-deputado Guido Moesch) e um seguiu carreira religiosa.

Por meio de um casamento, um dos filhos de Valdemar Moesch, Guido Moesch, aliou-se com uma importante "família de políticos" de origem italiana e atuante na mesma região (na "família" da sua esposa, o pai e o tio foram líderes emancipacionistas, tendo sido este último também vice-prefeito de Putinga, e o irmão vereador em Travesseiro). Assim, o pai e o sogro de Guido Moesch eram importantes lideranças locais que se afirmaram por meio do destaque econômico, derivado das atividades comerciais e empresariais e do papel de mediadores destas comunidades. O papel de mediação abrangia uma série de funções, tais como de intermediário comercial, de financiamento da produção e de gestão da poupança dos agricultores (algo aproximado à função de um banco), de conselheiro municipal, de responsável pela gestão dos assuntos comunitários, de detentor do veículo de comunicação (rádio), até de intérprete dos "colonos".

O casamento das “famílias de imigrantes”, ligadas também pela proximidade social e pela identificação partidária, reforçou a importância de ambos como *líderes comunitários e personalidades de grande liderança* (entrevista com Guido Moesch). Esta auto-apresentação perpassa diferentes gerações por meio de um esforço de transmissão da “memória familiar”, pelos ascendentes e de associação a estas qualidades pelos descendentes, auto-atribuindo-se uma *vocação comunitária* e de *empreendedores* (idem).

Guido Moesch se formou em advocacia pela PUC, onde foi líder estudantil. Presidente da Ala Moça do PSD, oficial de gabinete e secretário particular do ex-governador Ildo Menghetti. Posteriormente, Guido Moesch atuou como advogado na região de Arroio do Meio, sendo um dos poucos advogados, à época, e atendendo à população de origem alemã (falava a língua) e italiana (devido às relações da família da sua esposa). Em Arroio do Meio, foi ainda secretário geral da prefeitura. Na sequência, Guido Moesch se transferiu para Porto Alegre onde foi diretor do Instituto de Previdência do Estado (IPE).

Com base na liderança local da “família”, na projeção conquistada como advogado na sua região, no capital de relações sociais e políticas, herdado e adquirido, e na sua atuação em um cargo público junto aos previdenciários do estado, em 1970, concorreu pela primeira vez a deputado estadual, ocupando a quinta suplência da bancada da Arena. Suplente de deputado estadual assumiu o posto de delegado regional do trabalho entre 1972 e 1974. Em 1974, voltou a concorrer a deputado estadual e alcançou uma vaga na Assembléia Legislativa. Deputado estadual entre 1975 e 1982, dedicou-se ao atendimento das demandas do Alto Taquari (região em que se localiza o Arroio do Meio) à *atenção às cooperativas e aos pequenos agricultores* (segmento ao qual o pai era ligado) e às *demandas funcionalismo público* (entrevista com Guido Moesch), categoria a qual se vinculou como presidente do IPE e da Fundação Gaúcha do Trabalho. Neste período, cultivou elos com a Igreja Católica a qual vários familiares eram ligados (inclusive chegando a postos elevados na hierarquia da carreira eclesiástica) e dedicou-se ao estudo e à valorização da imigração alemã e da história familiar. Chegou, inclusive, a escrever um trabalho intitulado: *Imigração Alemã no Rio Grande do*

Sul: uma história de 160 anos e a pesquisar a genealogia da "família" na Alemanha. Em 1982, elegeu-se deputado federal e não concorreu à reeleição em 1986. Permaneceu atuando no partido e ocupou, nas últimas décadas, cargos na executiva estadual do PDS, PPB e PP.

Seu filho, Beto Moesch, também advogado, trabalhou na Assembléia Legislativa no início da década de noventa. Especializou-se em "temas ambientais" e na "causa ecológica". Concorreu a vereador em Porto Alegre nos três últimos pleitos, pelo PPB, elegendose nas duas últimas tentativas. Atualmente é vereador eleito, mas exerce a Secretaria Municipal de Meio Ambiente em Porto Alegre.

Suas opções profissionais, seu posicionamento político e religioso e sua carreira estão marcados pela ascendência da "família". Aluno de colégios particulares católicos, além de "líder estudantil," foi "líder de grupos de jovens católicos". Seu depoimento valoriza tal influência familiar associando catolicismo, trabalho comunitário e atuação política: *essa formação, ela vem de casa. E depois tu acaba tendo uma postura no teu meio. (...). Porque nós sempre fomos muito religiosos e comunitários* (entrevista com Beto Moesch). Advogado, afirma que as discussões jurídicas seriam *constantes em família* e suas primeiras experiências profissionais teriam sido no escritório do desembargador Francisco Moesch (tio) e como assessor na Assembléia Legislativa do deputado Francisco Turra (classificado como "amigo íntimo" do seu pai e da "família").

Nesta última função, teria pautado sua atuação pela *parte ambiental* e se especializado no tema. O envolvimento na "questão ecológica" aparece como a inserção fundamental para o seu ingresso na carreira política: *(...) comecei a pautar muito o meio ambiente (...). Eu sempre queria trazer a parte ambiental pros debates (...). Ali me fez, digamos, um pouco na linha de frente na esfera ambiental, porque eu coordenei um projeto de lei importante, o código florestal (...). Foi um projeto que até hoje é um dos mais avançados do país* (entrevista com Beto Moesch).

O conflito entre a estratégia em investir em uma temática de mobilização eleitoral associada aos partidos de "esquerda" (a ecologia) e a "tradição familiar" ligada a correntes classificadas de "direita", exigiram um esforço de reinterpretação, através do catolicismo e da caracterização da "militância ecológica" como uma "militância comunitária". Nesse esfor-

ço, utilizaram os dois códigos (catolicismo e trabalho comunitário) auto-proclamados como valores familiares (inclusive por meio do vocabulário empregado), associando o herdeiro à “família” para explicitar sua atuação.

Alguns padres me apóiam até por eu defender o meio ambiente. O João Paulo II tem pautado os sermões dele pela defesa do meio ambiente, isto está sensibilizando cada vez mais o clero (...). Eu tenho uma proposta ecológica que é comunitária, uma história pautada por isso, que a gente dá testemunho daquilo que a gente prega, não adianta tu pregar sem dar testemunho, eu tenho uma história de resultados na defesa do meio ambiente. E a minha família sempre foi muito ligada, meu pai e a minha sempre gostaram de cuidar de jardins, plantas... (entrevista com Beto Moesch).

Por fim, a “família de políticos” a qual pertence o atual prefeito de Rio Grande e ex-deputado estadual, Janir Branco, apresenta um caso extremo de origem social baixa e transmissão política familiar. A liderança inicial da “família” esteve ligada à mediação de uma localidade, uma ilha de pescadores, e à atuação como pescadores e pequenos agricultores.

Wilson Branco foi o grande protagonista até este momento, é considerado o “pioneiro” entre os parentes no exercício da militância política. Wilson Branco estudou até a quinta série no colégio Sipriano Porto Alegre em Rio Grande e concluiu o curso técnico de mecânica marítima do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Sua baixa escolaridade costuma ser contrabalançada pela ênfase no auto-didatismo e valorizada como símbolo de proximidade e associação com o seu eleitorado. O deslocamento de Wilson Branco e do seu irmão para o centro urbano é o ponto de inflexão da “família” e tal mobilidade auxiliou na afirmação da posição de intermediação e mediação dos pescadores. Ambos passaram a ser intermediários comerciais dos pescadores da ilha. O primeiro, aliou a esta atividade comercial, a atuação no futebol amador (inicialmente como jogador, depois como dirigente e técnico e, finalmente, como comentarista de rádio) e a liderança política entre os pescadores, como presidente, a partir de 1985, da Colônia de Pescadores Z1 e como presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Rio Grande

do Sul. Soma-se a isso uma aliança matrimonial com a filha de um comerciante do distrito de origem. O segundo se dedicou à administração da atividade de intermediação comercial do grupo familiar.

Com base neste conjunto de recursos e trunfos acumulados e advindos da ascensão como comerciante de Wilson Branco e da diversificação da linguagem (rádio, futebol e sindicato) acionada na mediação política, projetou-se politicamente no cenário local. A liderança combinou, ainda, a proximidade social e a física com os eleitores, e “feitos” que são revestidos de “heroísmo” nas narrativas que visam a apresentá-lo. O “acesso” que os eleitores desfrutavam junto ao homem político e a ausência de barreiras sociais entre ele e aqueles que o procuravam com “demandas” e “solicitações” de atendimentos são ingredientes importantes da sua afirmação política.

Soma-se a isso uma série de atos realizados e divulgados no sentido de fixar a imagem de um líder com componentes de heroísmo. “Coragem” e “iniciativa” para se posicionar em situações que envolviam conflitos e relações desiguais de poder, firmaram sua condição de mediador local, e assinalaram o acesso assim conquistado junto ao centro local e nacional da vida política. A união destes componentes em uma trajetória política excepcional devido a uma posição social de origem incomum para os cargos ocupados, permitiu a sua auto-apresentação como alguém *obstinado e iluminado*, com elementos que faziam alusão a uma *predestinação* (entrevista Janir Branco).

Wilson Branco percorreu um itinerário de cargos eletivos, que iniciou com a sua eleição como vereador de Rio Grande em 1992 pelo PMDB. Em 1994, concorreu a deputado federal pelo mesmo partido, ficando em uma das suplências. Assumiu em 1995 e dedicou-se à *defesa do setor primário, sobretudo pesqueiro* (entrevista com Janir Branco). Em 1996, elegeu-se prefeito de Rio Grande e morreu em 2002 em plena campanha à reeleição, quando era o líder das pesquisas e grande favorito.

Assim, o então candidato a vereador, Fábio Branco, e o Secretário Municipal, Janir Branco, respectivamente sobrinho e filho do candidato líder das pesquisas e seus principais colaboradores, impõem-se como continuadores do seu “trabalho”. Sucessor do tio na presidência da colônia de pescadores, assessor na Câmara de Vereadores e no Congresso

Nacional e supervisor da Secretaria Municipal de Agricultura durante o mandato de Wilson Branco na prefeitura, Fabio Branco foi escolhido candidato a prefeito de Rio Grande.

Fabio Branco se elegeu, e a gestão municipal passou a ser o novo “teste” dos “jovens políticos”. Fábio Branco contou, na administração municipal, com o auxílio direto de seu primo, Janir Branco, escolhido para ocupar o cargo de secretário-geral de governo, além de outros colaboradores da equipe de Wilson Branco. A tarefa principal foi a *manutenção do sistema de trabalho* ou do *sistema de atuação* (entrevistas com Janir Branco e Fábio Branco), que é a maneira como resumem a preocupação central com as práticas clientelistas.

Neste processo, a candidatura de Janir Branco à deputação estadual constituiu mais uma “aposta” na sucessão política e um movimento de sedimentação da liderança. Janir Branco se elegeu deputado estadual. O “herdeiro” se apóia em representações que afirmam a existência de um ciclo não acabado entre cargos a serem ocupados e feitos a serem realizados ou finalizados. O “legado” é percebido e justificado como uma obra incompleta a ser seguida e concluída. Para tanto, comprometem-se com a *missão* da continuidade das práticas imputadas a Wilson Branco: o *atendimento* e o *estilo político de cultivar a proximidade e governar de portas abertas* (entrevista com Janir Branco).

Adquiriram centralidade, a partir do mandato de Janir Branco, os movimentos em busca da reprodução do *sistema de atuação* já operante e da complexificação da máquina política e hierarquização de funções entre os primos. A esta ênfase na *manutenção do sistema de atuação*, somam-se os empreendimentos políticos de orquestração de papéis e de *atendimentos* que envolvem níveis, posições e fontes políticas distintas e interligadas. O *papel de embaixador da região* (entrevista com Janir Branco) reivindicado pela jovem liderança visa expandir o eleitorado e a área de atuação da rede política. Deste modo, além do atendimento ao eleitorado cativo, estavam em pauta, no exercício do mandato, projetos que contemplavam a mediação do município e a intermediação de *demandas* e *solicitações*, bem como temas como *municipalização do Distrito Industrial de Rio Grande*, *criação de cursos técnicos de Comércio Exterior*, *Turismo e Agroindústria* e *fortalecimento do potencial da região através*

do trabalho portuário, de desenvolvimento turístico e do fortalecimento da zona rural (entrevista com Janir Branco). Isto adquiriu maior destaque com a ocupação da liderança do governo do estado no ano de 2004.

Como é possível perceber, há uma diversificação e uma maior tecnicização da linguagem acompanhada dos investimentos em escolarização efetuados por Janir Branco, que o diferencia do pai, e, inclusive, do primo. Janir Branco possui o curso superior incompleto em Engenharia de Alimentos na Fundação Universidade de Rio Grande (FURG) e na sequência investiu na formação jurídica, cursando a faculdade de Direito na FARGS (Faculdades Rio-Grandenses) em Porto Alegre. Segundo seu depoimento, sua *experiência no parlamento e a busca de uma formação jurídica seriam complementares e fundamentais para o amadurecimento e aperfeiçoamento* (entrevista com Janir Branco) da sua atuação política.

Atualmente, Janir Branco ocupa a prefeitura de Rio Grande em virtude da cassação do seu primo, Fábio Branco, durante o pleito de 2004. Fábio Branco concorria à reeleição e foi substituído por Janir Branco a duas semanas da eleição. Mesmo com o período exíguo de campanha, o principal posto político local permaneceu sob o controle da "família de políticos" com aproximadamente 70% dos votos locais.

Considerações Finais

Parentesco e formação jurídica, como é possível perceber, constituem-se em bases sociais passíveis de reconversão em recursos políticos e eleitorais. Tal constatação resiste ao processo de diferenciação social e de complexificação do espaço político. Contudo, não significa que os repertórios, as linguagens e a gramática de exercício da atividade política permaneçam inalterados. O uso e a maximização obedecem a distintos e sucessivos critérios de atribuição de excelência social e política, bem de reconversão de princípios de hierarquização social em princípios de hierarquização política.

Tais transformações, por seu turno, pelos efeitos de concorrência, comportam processos de retradução, atualização e adaptação aos novos condicionantes de seleção eletiva. Assim sendo, no bojo desta configura-

ção de tensões entre agentes, há uma dinâmica de interpenetrações. Aqueles que ascendem e afirmam-se social e politicamente acionam trunfos e lógicas semelhantes aos que se estabeleceram anteriormente. Já aqueles que são submetidos à concorrência dos novos protagonistas originários de distintos segmentos sociais são conduzidos a um processo de seleção endógena e de especialização na política. Tanto em um caso como no outro, os laços de parentesco entre “homens políticos” e os títulos escolares legitimam as posições políticas e as modalidades de atuação que compõem o modelo de condutas que pretendem encarnar e consolidar.

A plasticidade destes registros e sua eficácia política apontam também para a permanência de uma concepção de política baseada no princípio do dom e da reciprocidade, na personificação do capital simbólico, no peso da legitimação carismática e relevância dos papéis de mediação. Em tal contexto, ressalta-se a demonstração de fidelidade, proximidade ou gratidão, são favorecidos os processos de heroicização e transmissão ao séquito de trunfos personalizados e valoriza-se a habilidade de recriar o carisma por meio da demonstração de qualidades excepcionais que se renovam nos sucessores e de habilidades em adaptá-las às novas circunstâncias. Além disso, os ocupantes de cargos políticos são vistos como mediadores entre tempos históricos, produtores de identidades e agentes de vinculação entre a parte e o todo.

O laço de parentesco se apresenta, então, como elemento privilegiado de fixação de uma continuidade em relação aos ascendentes, suas realizações e imagens, e de uma inscrição na história das comunidades, mediante a identificação, o atendimento e o itinerário exemplar e bem sucedido que simbolizam entre as suas clientelas. O título escolar, obtido em faculdades de Direito, contribui nas estratégias mais gerais de reprodução, como sinônimo de afirmação social e como instrumento de consolidação ou demonstração das imagens propagadas: “vocação pública”, “trabalho comunitário”, “superação”, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADORNO, Sérgio. (1988), *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ANGELIS, Patrícia Trindade de. (2001), *O Social como Objeto da Luta Política: uma análise da Assembléia Legislativa Gaúcha*. Dissertação de mestrado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, mimeo.

ARANTES, Rogério. (1997), *Judiciário e Política*. São Paulo:Ed. Sumaré.

BOURDIEU, Pierre. (1989a), "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político", in P. BOURDIEU, *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel.

BOURDIEU, Pierre. (1989b), *La Noblesse d'État: Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit.

CARVALHO, José Murilo de. (1996), *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relumê Dumará.

COELHO, Edmundo Campos. (1999), *As Profissões Imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record.

CORADINI, Odaci Luiz. (2001), *Em nome de quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará.

CORADINI, Odaci Luiz. (1999), *A Extração Social dos Candidatos: As Eleições de 1990 e de 1994 no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: NAU, (Cadernos do NUAP – Núcleo de Antropologia da Política).

CORADINI, Odaci Luiz. (1998), "Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais". L.O. FELIX; C.P ELMIR. (Orgs.). *Mitos & Heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DOGAN, Mattei. (1999), "Les Professions Propices à la Carrière Politique. Osmoses, Filières et Viviers", in: M. OFFERLÉ, *La Profession politique*. Paris: Belin.

ELIAS, Norbert. (2001), "Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavaleiros e tarapaulins". *Mana*. v.7, 2: 89-116.

ENGELMANN, Fabiano. (2004), *Diversificação do Espaço Jurídico e Lutas pela Definição do Direito no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, mimeo.

ENGELMANN, Fabiano. (2001), *A formação da elite jurídica no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, mimeo.

FERNANDES, R. (1980), “José Martins da Cruz Jobim: um fundador da Academia Nacional de Medicina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.327: 238-258.

GRIJÓ, Luiz Alberto. (1998), *Origens, Estratégias de Ascensão e Recursos dos Componentes da Chamada “Geração de 1907”*. Dissertação de Mestrado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, mimeo.

GRILL, Igor Gastal. (2003), *Parentesco, Redes e Partidos: As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, mimeo.

LACROIX, Bernard. (1985), “Ordre politique et ordre social: Objectivisme, objetivation et analyse politique”, in: M.GRAWITZ e J.LECA (Orgs.). *Traité de Science Politique. La Science Politique; L'Ordre Politique*. v.1. Paris. PUF.

LAGROYE, Jaques. (1994), “Étre du Métier”. *Politix*, v. 28, 2: 5-15.

LOVE, Joseph. (1975), *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva.

OFFERLÉ, Michel. (1999), “Professions et Profession Politique”, in M. Offerlé (Org.) *La Profession politique*. Paris: Belin,.

PHELIPPEAU, Eric. (2002), *L'invention de l'homme politique moderne*. Paris: Bélin.

PHELIPPEAU, Eric. (2001), “Sociogênese da profissão política”, in A.GARRIGOU; B. LACROIX (Orgs.), *Norbert Elias. A política e a história*. São Paulo: Perspectiva.

PHELIPPEAU, Eric. (1999), “La fin des notables revisitée”, in M. OFFERLÉ (Org.) *La Profession politique*. Paris: Belin.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2002), *Partidos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo:Edusp.

SADEK, Maria Tereza (Org.). (1995), *O Judiciário em Debate*. São Paulo: Ed. Sumaré.

SANTOS, André Marenco dos. (1997), “Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.33:87 - 101.

SANTOS, André Marengo dos. (2000), *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*. Tese de Doutorado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, mimeo.

SANTOS, André Marengo dos. (1993), *Imagens da Representação Política: o Poder Legislativo na Perspectiva dos Deputados do RGS*. Dissertação Mestrado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, mimeo.

SEIDL, Ernesto. (2003), *A Elite Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, mimeo.

VIANNA, Luiz Werneck Vianna et all (Orgs.). (1997) *Corpo e Alma da Magistratura Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan.

VIANNA, Luiz Werneck Vianna et all (Orgs.). (1999), *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.